MARCELO SEIÇA TABORDA

Audiência de custódia: uma análise transversal à luz dos direitos humanos

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Doutor Enrique Ricardo Lewandowski

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

MARCELO SEIÇA TABORDA

Audiência de custódia: uma análise transversal à luz dos direitos humanos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Titular Doutor Enrique Ricardo Lewandowski.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Taborda, Marcelo Seiya
Audiência de Custódia: uma análise transversal à luz dos direitos humanos ; Marcelo Seiya Taborda ; orientador Enrique Ricardo Lewandowski -- São Paulo, 2020.
127 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direitos humanos. 2. Audiência de custódia. 3. Sistema prisional. 4. Encarceramento em massa. 5. Violência policial. I. Lewandowski, Enrique Ricardo, orient. II. Título.

TABORDA, Marcelo Seiya.

Audiência de Custódia: uma análise transversal à luz dos direitos humanos.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A minha mãe, Antonia, ao meu pai, Evaristo, e a minha irmã, Mariane.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa tornou-se possível pelo apoio, paciência, carinho e atenção de pessoas tão queridas que aqui são homenageadas.

Primeiramente, registro meu especial agradecimento ao Professor Enrique Ricardo Lewandowski que me concedeu o privilégio de ser seu orientando e receber suas valiosas lições, conferindo-me a oportunidade e confiança para desenvolver este trabalho

Quero prestar minhas profundas homenagens aos que me deram ao mundo: meus pais Antonia e Evaristo, que, com tanto amor, carinho e atenção, sempre estiveram ao meu lado me ensinando desde pequeno a traçar meu próprio caminho independente das adversidades que surgissem. Homenageio também minha irmã Mariane que sempre esteve ao meu lado em todos os desafios que tive, e sei que estará comigo sempre que eu precisar.

À minha avó Lilia, que me mostrou o que significa amor incondicional de uma segunda mãe, me dando sempre todo apoio e suporte para alcançar mais um degrau na escada da vida. Homenageio aqui também, minha avó Lindalva que há muito me deixou, mas que ensinou o que significa ser paraibana e lutar contra todas as adversidades sociais provendo afeto, educação e comida para todos os seus filhos de forma primorosa.

Presto homenagem também aos meus tios, tias, primos e primas, que me fizeram compreender o sentido da palavra família.

Aos amigos e colegas que a vida me proporcionou e que são tão essenciais para que a vida seja mais leve e proveitosa, sempre provendo um abraço fraterno e palavras de apoio para seguir em frente quando a vida nos impõe obstáculos.

Gostaria também de relembrar todos aqueles que por circunstâncias da vida não mais me acompanham nesta jornada, mas que, certamente, são partes integrantes do que sou hoje e sempre serão lembrados com muito carinho.

A culpa não começava uma vez reunidas todas as provas: peça por peça, ela era constituída por cada um dos elementos que permitiam reconhecer um culpado. Assim, uma meia-prova não deixava inocente o suspeito enquanto não fosse completada: fazia dele um meio-culpado

(FOUCAULT, 1987, p. 39)

RESUMO

TABORDA, Marcelo Seiya. **Audiência de Custódia: uma análise transversal à luz dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A audiência de custódia está prevista tanto na Convenção Americana de Direitos Humanos quanto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ambos internalizados pelo ordenamento jurídico brasileiro. A despeito da obrigação internacional do Brasil em realizar este procedimento, sua regulamentação só se deu em 2015 pela Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça, após mais de 20 anos de mora do Poder Legislativo. A resolução determina que toda pessoa presa em flagrante delito seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente. Seu objetivo é, primeiramente, avaliar as circunstâncias em que se realizou a prisão para que, se ilegal, seja decretado seu relaxamento, se legal, avaliar a necessidade de sua manutenção, instituindo, sempre que possível, liberdade provisória com ou sem medidas cautelares. Dessa forma, busca-se uma diminuição do encarceramento em massa que se observa no país, haja vista que ao longo das últimas décadas houve um crescimento no número de prisões em todo o país, situação que colocou o Brasil no 3º lugar do mundo com a maior população carcerária. Ademais, uma outra finalidade da audiência de custódia é a prevenção de tortura e maus tratos, uma vez que, é no momento da prisão que o preso se encontra em maior vulnerabilidade e suscetível a agressões por parte de agentes policiais. Dessa forma, a pesquisa se propôs a analisar o trajeto percorrido até a implementação das audiências por medida do Poder Judiciário, após, verificar a adequação da mesma com relação aos ditames dos tratados que dão base normativa para o instituto, e, por fim, verificar, com base em alguns relatórios, os dados existentes até o momento com relação aos procedimentos realizados neste ato, buscando-se, ao final, entender se a audiência de custódia como está posta hoje consegue cumprir e salvaguardar os direitos humanos da pessoa custodiada.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Audiência de Custódia. Sistema Prisional. Encarceramento em massa. Violência Policial.

ABSTRACT

TABORDA, Marcelo Seïça. **Custody hearing: a cross-sectional analysis in light of human rights**. Dissertation (Master) – Faculty of Law, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2020.

The custody hearing is written in the American Convention on Human Rights as well as in the International Covenant on Civil and Political Rights, both internalized by the Brazilian legal system. Despite Brazil's international obligation to perform this procedure, its regulation was only given in 2015 by Resolution no. 213 of the National Council of Justice, after more than 20 years of delay by the Legislature. The resolution stipulates that any person arrested in the act of committing an offense must be presented, within 24 hours of the notification of the arrest, before the judicial authority. The purpose of the custody hearing is, firstly, to evaluate the circumstances in which the arrest was made so that, if the arrest was considered illegal, the judge can quickly release the person in custody. Similarly, if it the arrest was performed legally, then the hearing can evaluate the necessity of maintaining the person in custody and, eventually, set any potential conditions for releasing the person. Therefore, custody hearings aim to reduce incarceration rates, which are currently exceptionally high in Brazil - over the last decades, there have been a growth in the number of prisons throughout the country, making Brazil's prison population 3rd largest in the world. In addition, another purpose of the custody hearing is the prevention of torture and cruel treatment of those arrested, since it is at the time of arrest that the prisoner is the most vulnerable and susceptible to police violence. Therefore, the research aims to analyze the way these hearings were implemented by the judiciary; to verify the suitability of the hearing to the treaties that institute it; and to verify, based on some reports, the existing data regarding the procedures performed in this act. Therefore, the research aims to understand if the custody hearing as it stands today can help fulfill and safeguard the human rights of people in custody.

Keywords: Human Rights. Custody hearing. Prison system. Mass incarceration. Police violence.

LISTA DE SIGLAS

ADEPOL	Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AGU	Advogado-Geral da União
APMP	Associação Paulista do Ministério Público
BNMP	Banco Nacional de Mandados de Prisão
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPP	Código de Processo Penal
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDDD	Instituto de Defesa do Direito de Defesa
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
MP	Ministério Público
NCPP	Novo Código de Processo Penal
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PLS	Projeto de Lei do Senado
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SISTAC	Sistema de Audiências de Custódia
STF	Supremo Tribunal Federal
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	23
1.1. CONCEITO E BREVE HISTÓRICO	23
1.2. AUDIÊNCIA DE GARANTIA E APRESENTAÇÃO	26
1.3. PREVISÃO INTERNACIONAL E NACIONAL.....	28
1.3.1. PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	29
1.3.2. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	30
1.3.3. ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	32
1.4. JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA SOBRE O ASSUNTO	37
1.4.1. ADI 5240 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	37
1.4.2. ADPF 347 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	41
2. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NA RESOLUÇÃO CNJ Nº 213 DE 2015	43
2.1. DEFINIÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	44
2.2. ADEQUAÇÃO A TRATADOS INTERNACIONAIS	49
2.3. A PROTEÇÃO JUDICIÁRIA.....	50
2.4. CELERIDADE PROCESSUAL.....	52
2.5. CONTRA A CULTURA DO ENCARCERAMENTO.....	54
2.6. PREVENÇÃO A TORTURA E MAUS TRATOS	57
2.7. EVITAR PRISÕES ILEGAIS E ARBITRÁRIAS	60
2.8. LIBERDADE PROVISÓRIA E AS MEDIDAS CAUTELARES.....	63
3. QUESTÕES PRÁTICAS	67
3.1. ANÁLISE DE DADOS	67
3.1.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	69
3.1.2. PERFIL DAS OCORRÊNCIAS.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ANEXO I – RESOLUÇÃO CNJ Nº 213/2015	97

INTRODUÇÃO

A chamada Audiência de Custódia consiste na condução do cidadão preso em flagrante à presença de um juiz em um prazo razoável, para que, na presença de seu advogado e de um membro do Ministério Público, seja avaliada a legalidade e necessidade da manutenção da prisão. Também se averigua neste ato casos de violações físicas e psíquicas do momento da prisão até a audiência, para que se apure e coíba casos de torturas ou maus tratos perpetrados por agentes do Estado.

É em tratados internacionais que se encontra a previsão deste ato que vinha sendo negligenciado por décadas pelo Estado brasileiro, de modo que, somente com uma forte movimentação de setores da sociedade civil e com a questão chegando ao Poder Judiciário que o Conselho Nacional de Justiça editou resolução para que se regulamentasse este ato no âmbito do judiciário.

Sua implementação no Brasil ocorre após se constatar a inércia na regulamentação do procedimento no ordenamento jurídico pátrio, mesmo tendo o país assumido este compromisso ao assinar tratados internacionais que o previam, além da própria obrigação do Estado em garantir os direitos humanos da pessoa presa. Ademais, há constantes denúncias, de tortura e maus tratos à presos, contra agentes policiais. Um outro fator é a busca de um meio efetivo contra a cultura de encarceramento, que colocou o Brasil na lista dos países com maior população carcerária.

Assim, qualquer pessoa presa em flagrante deverá ser conduzida à presença do juiz, que deve considerar que a prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença

O que se busca no presente trabalho é justamente aprofundar os estudos em cima do instituto da Audiência de Custódia, para isso, o trabalho se dividirá em três capítulos principais.

O **Capítulo 1** traz, inicialmente, uma breve conceituação da Audiência de Custódia, a fim de situar todo e qualquer leitor no tema, apresentando os aspectos históricos mais relevantes. Adiante, aprofunda-se nas normativas internacionais e nacionais que preveem as

audiências de custódia. Por fim, focado na jurisprudência brasileira, utiliza-se das ações paradigmas que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, para analisar os temas levantados sobre o assunto, verificando-se o entendimento da Suprema Corte sobre o tema.

O **Capítulo 2**, por sua vez, foca na resolução do Conselho Nacional de Justiça que regulamentou e uniformizou os procedimentos a serem tomados durante as audiências de custódia. Assim, além de observar a definição constante na resolução, busca-se verificar os diversos fatores que permeiam o instituto, sempre usando de base uma visão dos direitos humanos sobre o instituto, verificando sua adequação a tratados internacionais e suas principais finalidades.

No **Capítulo 3** é lançado um olhar mais prático sobre as audiências de custódia, utilizando de dados presentes em diversos relatórios, seja de ONGs ou de órgãos governamentais, verificando não só o perfil socioeconômico das pessoas custodiadas, como, também, o perfil das ocorrências que levam essas pessoas até a audiência de custódia, considerando-se os fatores mais relevantes apontados pelos relatórios analisados.

Ao final deste percurso, e com base em todo o caminho traçado na pesquisa, será possível compreender as audiências de custódia em sua globalidade e entender os principais debates que giram em torno do instituto, avaliando-se a aplicação do instituto tal qual se verifica nos relatórios, observando sua adequação as normas de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Audiência de Custódia surgiu no direito internacional e foi internalizada no ordenamento jurídico pátrio por meio de tratados ratificados pelo Brasil, de modo que, é dever do Estado que, tendo assinado esses tratados, cumpra-os e, assim, promova uma efetiva proteção dos direitos humanos neles contidos.

Apesar de não convencional, a forma com que o Poder Judiciário regulamentou esse direito é totalmente válida e representou um avanço para o Estado Democrático de Direito sem precedentes, tirando o país de uma inércia de mais de 20 anos.

Ainda assim, é necessário que o poder legislativo saia dessa inércia e promova a regulamentação por meio de lei, dando mais força para o instituto e afastando toda e qualquer dúvida com relação a sua obrigatoriedade, de modo que se avance ainda mais na garantia de direitos individuais.

Importante ressaltar que a simples instituição da Audiência de Custódia sem que se preconize a sua completa execução, qual seja, a condução pessoal do custodiado, sem demora, a presença do juiz, para que este avalie a prisão e casos de violência por parte de agentes do estado, em nada torna efetivo os dispositivos internacionais de garantia da pessoa presa.

Durante a audiência de custódia, é evidente a função de cada ator que a compõe, devendo o Ministério Público agir nos limites legais, buscando a verdade dos fatos e buscando responsabilizar aqueles agentes estatais que se desviam de suas funções e promovam violações de direitos humanos.

Por sua vez, é papel dos representantes da defesa promover uma defesa técnica qualificada que se atente para a questão de vulnerabilidade que a pessoa custodiada se encontra, requerendo encaminhamentos em casos de relatos de tortura ou maus tratos, tomando posição ativa durante a audiência para se fazer cessar ilegalidades e agressões, buscando garantir ao preso a melhor chance de evitar entrar o sistema carcerário brasileiro.

É preciso que se reconheça no papel do juiz a função de garantia da lei, afastando qualquer tentativa de retirar deste a função precípua que lhe é atribuído na carta constitucional, sem que, contudo, se exceda o que lhe cabe decidir, tendo sempre em vista a

subsidiariedade do direito penal e da aplicação da pena, sendo medida extrema a privação de liberdade de uma pessoa, de modo que deve ser aplicada com muita cautela e atenção.

Foi a ausência de razoabilidade na aplicação da lei penal que gerou um crescimento vertiginoso no número de presos, o que coloca o país entre os primeiros no *ranking* de maior população carcerária.

Por mais que se entenda que em muitos casos a pessoa presa cometeu delitos que são totalmente reprováveis, é função dos operadores do direito agir com razoabilidade e, acima de tudo, racionalidade, para que não ajam emocionalmente, desrespeitando e colocando a perder princípios tão caros ao Estado Democrático de Direito.

É preciso que miremos em exemplos de sucesso na execução da lei visando sempre garantir ao máximo princípios tão básicos como a de presunção de inocência, tratando a pessoa do custodiado com urbanidade e respeito que ele merece.

Precisamos reconhecer e ter em mente os níveis obscenos de desigualdade presentes no Brasil e buscar entender que grupos que se encontram marginalizados não tiveram plenas oportunidades como se espera, dessa forma, é função dos juristas olhar para essa realidade com cautela e avaliar as condições materiais do caso concreto deixando de agir como meros cartorários que cumprem função regulamentar e preenchem requisitos sem se atentar para a pessoa que está em frente.

Certamente que a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça foi um passo enorme nesta direção, mas esse tipo de caminhada necessita uma vigilância constante para que não caiamos novamente no caminho de invisibilizar o ser humano que se encontra sentado na sala de audiências.

Tendo em vista isso tudo, ousou propor que, no que diz respeito a audiência de custódia, volte-se novamente o olhar para o que acontece na sala de audiências e observemos a movimentação dos envolvidos.

Um fato que chama muito atenção quando se faz isso, é que, mesmo após edição de Súmula Vinculante por parte do Supremo Tribunal Federal, ainda se verifique uma atuação padrão de manter o preso algemado na audiência de custódia, é possível reverter isso e as boas práticas de Estados como o de Pernambuco mostram isso.

Outra realidade que é preciso alterar é a de inversão do princípio de inocência, tão caro para o Estado de Direito e que é uma previsão constitucional tão importante. As partes envolvidas no ato da audiência de custódia precisam se despir de preconceitos e internalizar este princípio na hora de questionar o custodiado, uma vez que, é inadmissível que se aja com desdém com relação ao relato de violência, sendo dever dos envolvidos que se procure a descrição dos fatos tanto quanto for possível para posterior investigação e responsabilização dos culpados.

É preciso garantir um ambiente livre de agentes policiais para que o custodiado se sinta seguro de relatar um crime que sofreu entre o momento da prisão até sua condução à sala de audiência. A presença de colegas de profissão dos perpetradores da violência em audiência inibe o relato por parte da vítima, que tem medo de represálias, sendo função dos operadores do direito garantir que se resguarrem seus direitos.

Ainda que não seja possível idealmente a ausência total de agentes de segurança na audiência, é possível que se garanta um ambiente em que todos os agentes de segurança ali presentes não tenham qualquer ligação com os órgãos que efetuaram a prisão do custodiado, permitindo um melhor acolhimento de uma pessoa que é vítima de um crime em que o perpetrador são agentes do próprio estado.

Espera-se que com tudo o que foi abordado aqui, seja possível repensar e, sempre que possível, reajustar as práticas cotidianas que permeiam as audiências de custódia, buscando uma máxima efetivação dos direitos humanos da pessoa custodiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. (1991). O Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e Desafios. *Revista USP*, n. 9, pp. 65-78.

BALLESTEROS, P., & SALLA, F. A. (2008). *Democracia, Direitos Humanos e Condições Prisionais na América do Sul*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo: <https://nevusp.org/wp-content/themes/vseis/images/icone-PDF.png>

BRASIL. (1941). *Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm

BRASIL. (1965). *Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737compilado.htm

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

BRASIL. (1989). *Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7960.htm

BRASIL. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm

BRASIL. (2009). *Projeto de Lei do Senado nº 156 de 22 de maio de 2009*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4575260&ts=1571775883184&disposition=inline>

BRASIL. (2010). *Projeto de Lei nº 8.045 de 22 de dezembro de 2010 (Novo Código de Processo Penal)*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490263>

BRASIL. (2011). *Projeto de Lei do Senado nº 554 de 06 de setembro de 2011*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4452586&ts=1567535482250&disposition=inline>

CARDOSO, G. R., & MONTEIRO, F. M. (2013). A Seletividade do Sistema Prisional Brasileiro e o Perfil da População Carcerária: Um Debate Oportuno. *Revista de Ciências Sociais*, v. 13(n. 1), pp. 93-117.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2004). *Caso Jailton Neri da Fonseca vs. Brasil (Caso 11.634). no Informe de mérito nº 33/04 do dia 11 de março de 2004*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://cidh.org/annualrep/2004eng/Brazil.11634eng.htm>

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. (2017). *Tortura Blindada: Como as Instituições do Sistema de Justiça Perpetuam a Violência nas Audiências de Custódia*. São Paulo: CONECTAS. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.conectas.org/publicacoes/download/tortura-blindada>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2009). *Resolução Nº 101, de 15 de dezembro de 2009*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_101_15122009_11102012190042.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (19 de Outubro de 2015). *CNJ e OEA assinam acordo sobre tratamento penal*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.cnj.jus.br/cnj-e-oea-assinam-acordo-sobre-tratamento-penal/>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2015). *Resolução Nº 213, de 15 de dezembro de 2015*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_213_15122015_22032019144706.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2015). Termo de Abertura do Projeto "Audiência de Custódia". Em CNJ, *Audiência de Custódia* (pp. 207-217). Brasília: CNJ. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2016/09/0a99a0ab0eb26b96fdeaf529f0dec09b.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2018). *Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos*. Brasília: CNJ. Acesso em 12 de

Dezembro de 2019, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2019). *Resolução nº 288 de 25 de junho de 2019*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_288_25062019_02092019174344.pdf

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. (1988). *Caso Brogan e Outros vs. Reino Unido. Julgamento de Mérito. Sentença proferida em 29 de Novembro de 1988*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57450>

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. (2004). *Caso İkinçisoys vs. Turquia. Julgamento de Mérito. Sentença proferida em 15 de Dezembro de 2004*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61940>

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2004). *Caso Tibi vs. Equador. Exceção preliminar, fundo, reparações e custas. Sentença proferida em 07 de Setembro de 2004*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_114_ing.pdf

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2005). *Caso Acosta-Calderón vs. Equador. Fundo, reparações e custas. Sentença proferida em 24 de Junho de 2005*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_129_ing.pdf

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2008). *Caso Bayarri vs. Argentina. Exceção preliminar, fundo, reparações e custas. Sentença proferida em 30 de Outubro de 2008*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_187_ing.pdf

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2010). *Caso Cabrera García e Montiel Flores vs. México. Exceção preliminar, fundo, reparações e custas. Sentença proferida em 26 de Novembro de 2010*. Fonte: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_220_ing.pdf

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2010). *Caso Vélez Loor vs. Panamá. Exceção preliminar, fundo, reparações e custas. Sentença proferida em 23 de*

Novembro de 2010. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_218_ing.pdf

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2014). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN - Dezembro de 2014*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2016). *Relatório Implementação das Audiências de Custódia no Brasil: Análise de Experiências e Recomendações de Aprimoramento*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgap/fortalecimento-da-politica/implementacaodasaudienciasdecustodianobrasilanalisedeexperienciaserecomendacoesdeaprimoramentorevisado.pdf>

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN - Junho de 2017*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>

FIGUEIREDO, L., GOMES, M., & DIAS, C. N. (2015). Audiências de Custódia: Uma Análise da Distribuição Desigual da Liberdade e da Prisão. *Anais do I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão* (pp. 38-54). São Paulo: ANDHEP. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://andhep.org.br/anais/arquivos/1seminario/GT5.pdf>

FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (R. Ramallete, Trad.) Petrópolis: Vozes.

G1. (16 de Julho de 2015). *Cardozo diz que presídios do país são 'verdadeiras escolas do crime'*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/cardozo-diz-que-presidios-do-pais-sao-escolas-do-crime.html>

G1. (17 de Julho de 2019). *CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>

HUNT, L. (2009). *A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História*. Companhia das Letras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Terceiro Trimestre de 2019*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA. (2016). *Monitoramento das Audiências de Custódia em São Paulo*. São Paulo: IDDD. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2016/05/relatorio-ac-sp.pdf>

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA. (2017). *Audiências de Custódia - Panorama Nacional*. São Paulo: IDDD. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Audiencias-de-Custodia_Panorama-Nacional_Relatorio.pdf

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA. (2019). *O Fim da Liberdade*. São Paulo: IDDD. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/09/OFimDaLiberdade_completo.pdf

ISTOÉ. (05 de Novembro de 2015). *Cardozo volta a dizer que presídios brasileiros são 'masmorras medievais'*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://istoe.com.br/440039_CARDOZO+VOLTA+A+DIZER+QUE+PRESIDIOS+BRASILEIROS+SAO+MASMORRAS+MEDIEVAIS/

LOPES JR, A. (2001). *Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

LOPES JR, A., & PAIVA, C. (2014). Audiência de Custódia e a Imediata Apresentação do preso ao juiz: Rumo à Evolução Civilizatória do Processo Penal. *Revista Liberdades*, nº 17 - Setembro/Dezembro de 2014, pp. 11-23.

MASI, C. V. (2016). *Audiência de Custódia e a Cultura do Encarceramento no Brasil*. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais.

MELO, F. A., SILVESTRE, G., & SINHORETTO, J. (2013). O Encarceramento em Massa em São Paulo. *Revista de Sociologia da USP*, v. 25(n. 1), pp. 83-106.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA. (2018). *Diagnóstico sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://www.justica.gov.br/news/copy_of_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-msp.pdf

NUCCI, G. d. (2016). *Código de Processo Penal Comentado* (15ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Forense.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1966). *Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1969). *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1984). *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1990). *Resolução nº 45/110 da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1990 (Regras de Tóquio)*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/RES/45/110>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2017). *Report of the Working Group on the Universal Periodic Review - Brazil*. Conselho de Direitos Humanos. Genebra: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/HRC/36/11&Lang=E>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (1969). *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2014). *Observação Geral nº 35 do Comitê de Direitos Humanos de 16 de Dezembro de 2014*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em

<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsrdB0H115979OVGGB%2bWPAXjdnG1mwFFfPYGIINfb%2f6T%2fqwtc77%2fKU9JkoeDcTWWPIpCoePGBcMsRmFtoMu58pgnmzjyiyRGkPQekcPKtaaTG>

PAIVA, C. (2015). *Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro* (1ª ed.). Florianópolis: Empório do Direito.

PASTORAL CARCERÁRIA. (2016). *Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa*. São Paulo: ASAAC. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-relatorio-tortura-2016.pdf>

PIOVESAN, F. (2013). *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional* (14ª ed.). São Paulo: Saraiva.

PONTE. (19 de Julho de 2019). *Com 812 mil pessoas presas, Brasil mantém a terceira maior população carcerária do mundo*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://ponte.org/com-812-mil-pessoas-presas-brasil-mantem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>

RAMOS, A. d. (2013). *Processo Internacional de Direitos Humanos* (3ª ed.). São Paulo: Saraiva.

RAMOS, A. d. (2014). *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional* (4ª ed.). São Paulo: Saraiva.

RIBEIRO, P. V. (2010). O Juízo de Garantias: Definição, Regramento, Consequências. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 105 (jan/dez de 2010), pp. 939-988.

SANTOS, C. I. (2015). *Audiência de Garantia ou sobre o óbvio ululante*. Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://emporiiododireito.com.br/audiencia-de-garantia-ou-sobre-o-obvio-ululante-por-cleopas-isaias-santos-2/>

SILVA, J. A. (2009). *Curso de Direito Constitucional Positivo* (33ª ed.). São Paulo: Editora Malheiros.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2008). *Recurso Extraordinário nº 466.343/SP, Relator Ministro Cezar Peluso, Julgamento em: 03/12/2008, Publicação em: 05/06/2009.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=595444>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2008). *Súmula Vinculante nº 11.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2016). *Ação Direita de Inconstitucionalidade nº 5.240/SP, Relator Ministro Luiz Fux, Julgamento em: 20/08/2015, Publicação em: 01/02/2016.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=308563579&ext=.pdf>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2016). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/DF. Relator Ministro Marco Aurélio. Julgamento em: 09/09/2015, Publicação em: 19/02/2016.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=308712125&ext=.pdf>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. (2015). *Provimento Conjunto nº 03 de 22 de janeiro de 2015.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Download/CanaisComunicacao/PlantaoJudiciario/Provimento-Conjunto-0003-2015.pdf>

UNIÃO EUROPEIA. (1950). *Convenção Europeia de Direitos Humanos.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_ENG.pdf

UOL. (05 de Novembro de 2019). *Menos Emprego, Mais Favela: Áreas com mais negros têm piores índices de SP.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/05/brancos-e-negros-o-que-muda-ao-viver-em-distritos-com-maioria-negra-em-sp.htm>

UOL. (22 de Maio de 2019). *Número de brasileiros que se declaram pretos cresce no país, diz IBGE.* Acesso em 12 de Dezembro de 2019, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/ibge-em-todas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declaram-pretos.htm>

WORDL PRISON BRIEF. (2019). *Brazil*. Acesso em 2019 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.prisonstudies.org/country/brazil>

ANEXO I – RESOLUÇÃO CNJ Nº 213/2015

Texto compilado a partir da redação dada pelas Resoluções nº 254/2018 e nº 268/2018.

RESOLUÇÃO 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o art. 9º, item 3, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, bem como o art. 7º, item 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);

CONSIDERANDO a decisão nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 do Supremo Tribunal Federal, consignando a obrigatoriedade da apresentação da pessoa presa à autoridade judicial competente;

CONSIDERANDO o que dispõe a letra "a" do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, que defere aos tribunais a possibilidade de tratarem da competência e do funcionamento dos seus serviços e órgãos jurisdicionais e administrativos;

CONSIDERANDO a decisão prolatada na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5240 do Supremo Tribunal Federal, declarando a constitucionalidade da disciplina pelos Tribunais da apresentação da pessoa presa à autoridade judicial competente;

CONSIDERANDO o relatório produzido pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU (CAT/OP/BRA/R.1, 2011), pelo Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU (A/HRC/27/48/Add.3, 2014) e o relatório sobre o uso da prisão provisória nas Américas da Organização dos Estados Americanos;

CONSIDERANDO o diagnóstico de pessoas presas apresentado pelo CNJ e o INFOPEN do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), publicados, respectivamente, nos anos de 2014 e 2015, revelando o contingente desproporcional de pessoas presas provisoriamente;

CONSIDERANDO que a prisão, conforme previsão constitucional (CF, art. 5º, LXV, LXVI), é medida extrema que se aplica somente nos casos expressos em lei e quando a hipótese não comportar nenhuma das medidas cautelares alternativas;

CONSIDERANDO que as inovações introduzidas no Código de Processo Penal pela Lei 12.403, de 4 de maio de 2011, impuseram ao juiz a obrigação de converter em prisão preventiva a prisão em flagrante delito, somente quando apurada a impossibilidade de relaxamento ou concessão de liberdade provisória, com ou sem medida cautelar diversa da prisão;

CONSIDERANDO que a condução imediata da pessoa presa à autoridade judicial é o meio mais eficaz para prevenir e reprimir a prática de tortura no momento da prisão, assegurando, portanto, o direito à integridade física e psicológica das pessoas submetidas à custódia estatal, previsto no art. 5.2 da Convenção Americana de Direitos Humanos e no art. 2.1 da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação CNJ 49 de 1º de abril de 2014;

CONSIDERANDO a decisão plenária tomada no julgamento do Ato Normativo 0005913-65.2015.2.00.0000, na 223ª Sessão Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

§ 1º A comunicação da prisão em flagrante à autoridade judicial, que se dará por meio do encaminhamento do auto de prisão em flagrante, de acordo com as rotinas previstas em cada Estado da Federação, não supre a apresentação pessoal determinada no caput.

§ 2º Entende-se por autoridade judicial competente aquela assim disposta pelas leis de organização judiciária locais, ou, salvo omissão, definida por ato normativo do Tribunal de Justiça ou Tribunal Federal local que instituir as audiências de apresentação, incluído o

juiz plantonista.

§ 2º Entende-se por autoridade judicial competente aquela assim disposta pelas leis de organização judiciária locais, ou, salvo omissão, definida por ato normativo do Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal Regional Federal, Tribunal Regional Eleitoral ou do Superior Tribunal Militar que instituir as audiências de apresentação, incluído o juiz plantonista. (Redação dada pela Resolução nº 268, de 21.11.18)

§ 3º No caso de prisão em flagrante delito da competência originária de Tribunal, a apresentação do preso poderá ser feita ao juiz que o Presidente do Tribunal ou Relator designar para esse fim.

§ 4º Estando a pessoa presa acometida de grave enfermidade, ou havendo circunstância comprovadamente excepcional que a impossibilite de ser apresentada ao juiz no prazo do caput, deverá ser assegurada a realização da audiência no local em que ela se encontre e, nos casos em que o deslocamento se mostre inviável, deverá ser providenciada a condução para a audiência de custódia imediatamente após restabelecida sua condição de saúde ou de apresentação.

§ 5º O CNJ, ouvidos os órgãos jurisdicionais locais, editará ato complementar a esta Resolução, regulamentando, em caráter excepcional, os prazos para apresentação à autoridade judicial da pessoa presa em Municípios ou sedes regionais a serem especificados, em que o juiz competente ou plantonista esteja impossibilitado de cumprir o prazo estabelecido no caput .

Art. 2º O deslocamento da pessoa presa em flagrante delito ao local da audiência e desse, eventualmente, para alguma unidade prisional específica, no caso de aplicação da prisão preventiva, será de responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária ou da Secretaria de Segurança Pública, conforme os regramentos locais.

Parágrafo único. Os tribunais poderão celebrar convênios de modo a viabilizar a realização da audiência de custódia fora da unidade judiciária correspondente.

Art. 3º Se, por qualquer motivo, não houver juiz na comarca até o final do prazo do art. 1º, a pessoa presa será levada imediatamente ao substituto legal, observado, no que couber, o § 5º do art. 1º.

Art. 4º A audiência de custódia será realizada na presença do Ministério Público e da Defensoria Pública, caso a pessoa detida não possua defensor constituído no momento da lavratura do flagrante.

Parágrafo único. É vedada a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia.

Art. 5º Se a pessoa presa em flagrante delito constituir advogado até o término da lavratura do auto de prisão em flagrante, o Delegado de polícia deverá notificá-lo, pelos meios mais comuns, tais como correio eletrônico, telefone ou mensagem de texto, para que compareça à audiência de custódia, consignando nos autos.

Parágrafo único. Não havendo defensor constituído, a pessoa presa será atendida pela Defensoria Pública.

Art. 6º Antes da apresentação da pessoa presa ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio e reservado por advogado por ela constituído ou defensor público, sem a presença de agentes policiais, sendo esclarecidos por funcionário credenciado os motivos, fundamentos e ritos que versam a audiência de custódia.

Parágrafo único. Será reservado local apropriado visando a garantia da confidencialidade do atendimento prévio com advogado ou defensor público.

Art. 7º A apresentação da pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial competente será obrigatoriamente precedida de cadastro no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC).

§ 1º O SISTAC, sistema eletrônico de amplitude nacional, disponibilizado pelo CNJ, gratuitamente, para todas as unidades judiciais responsáveis pela realização da audiência de custódia, é destinado a facilitar a coleta dos dados produzidos na audiência e que decorram da apresentação de pessoa presa em flagrante delito a um juiz e tem por objetivos:

I - registrar formalmente o fluxo das audiências de custódia nos tribunais;

II - sistematizar os dados coletados durante a audiência de custódia, de forma a viabilizar o controle das informações produzidas, relativas às prisões em flagrante, às

decisões judiciais e ao ingresso no sistema prisional;

III - produzir estatísticas sobre o número de pessoas presas em flagrante delito, de pessoas a quem foi concedida liberdade provisória, de medidas cautelares aplicadas com a indicação da respectiva modalidade, de denúncias relativas a tortura e maus tratos, entre outras;

IV - elaborar ata padronizada da audiência de custódia;

V - facilitar a consulta a assentamentos anteriores, com o objetivo de permitir a atualização do perfil das pessoas presas em flagrante delito a qualquer momento e a vinculação do cadastro de seus dados pessoais a novos atos processuais;

VI - permitir o registro de denúncias de torturas e maus tratos, para posterior encaminhamento para investigação;

VII - manter o registro dos encaminhamentos sociais, de caráter voluntário, recomendados pelo juiz ou indicados pela equipe técnica, bem como os de exame de corpo de delito, solicitados pelo juiz;

VIII - analisar os efeitos, impactos e resultados da implementação da audiência de custódia.

§ 2º A apresentação da pessoa presa em flagrante delito em juízo acontecerá após o protocolo e distribuição do auto de prisão em flagrante e respectiva nota de culpa perante a unidade judiciária correspondente, dela constando o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas do flagrante, perante a unidade responsável para operacionalizar o ato, de acordo com regramentos locais.

§ 3º O auto de prisão em flagrante subsidiará as informações a serem registradas no SISTAC, conjuntamente com aquelas obtidas a partir do relato do próprio autuado.

§ 4º Os dados extraídos dos relatórios mencionados no inciso III do § 1º serão disponibilizados no sítio eletrônico do CNJ, razão pela qual as autoridades judiciárias responsáveis devem assegurar a correta e contínua alimentação do SISTAC.

Art. 8º Na audiência de custódia, a autoridade judicial entrevistará a pessoa presa em flagrante, devendo:

I - esclarecer o que é a audiência de custódia, ressaltando as questões a serem analisadas pela autoridade judicial;

II - assegurar que a pessoa presa não esteja algemada, salvo em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, devendo a excepcionalidade ser justificada por escrito;

III - dar ciência sobre seu direito de permanecer em silêncio;

IV - questionar se lhe foi dada ciência e efetiva oportunidade de exercício dos direitos constitucionais inerentes à sua condição, particularmente o direito de consultar-se com advogado ou defensor público, o de ser atendido por médico e o de comunicar-se com seus familiares;

V - indagar sobre as circunstâncias de sua prisão ou apreensão;

VI - perguntar sobre o tratamento recebido em todos os locais por onde passou antes da apresentação à audiência, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos e adotando as providências cabíveis;

VII - verificar se houve a realização de exame de corpo de delito, determinando sua realização nos casos em que:

a) não tiver sido realizado;

b) os registros se mostrarem insuficientes;

c) a alegação de tortura e maus tratos referir-se a momento posterior ao exame realizado;

d) o exame tiver sido realizado na presença de agente policial, observando-se a Recomendação CNJ 49/2014 quanto à formulação de quesitos ao perito;

VIII - abster-se de formular perguntas com finalidade de produzir prova para a investigação ou ação penal relativas aos fatos objeto do auto de prisão em flagrante;

IX - adotar as providências a seu cargo para sanar possíveis irregularidades;

X - averiguar, por perguntas e visualmente, hipóteses de gravidez, existência de

filhos ou dependentes sob cuidados da pessoa presa em flagrante delito, histórico de doença grave, incluídos os transtornos mentais e a dependência química, para analisar o cabimento de encaminhamento assistencial e da concessão da liberdade provisória, sem ou com a imposição de medida cautelar.

§ 1º Após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação, permitindo-lhes, em seguida, requerer:

I - o relaxamento da prisão em flagrante;

II - a concessão da liberdade provisória sem ou com aplicação de medida cautelar diversa da prisão;

III - a decretação de prisão preventiva;

IV - a adoção de outras medidas necessárias à preservação de direitos da pessoa presa.

§ 2º A oitiva da pessoa presa será registrada, preferencialmente, em mídia, dispensando-se a formalização de termo de manifestação da pessoa presa ou do conteúdo das postulações das partes, e ficará arquivada na unidade responsável pela audiência de custódia.

§ 3º A ata da audiência conterà, apenas e resumidamente, a deliberação fundamentada do magistrado quanto à legalidade e manutenção da prisão, cabimento de liberdade provisória sem ou com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se o pedido de cada parte, como também as providências tomadas, em caso da constatação de indícios de tortura e maus tratos.

§ 4º Concluída a audiência de custódia, cópia da sua ata será entregue à pessoa presa em flagrante delito, ao Defensor e ao Ministério Público, tomando-se a ciência de todos, e apenas o auto de prisão em flagrante, com antecedentes e cópia da ata, seguirá para livre distribuição.

§ 5º Proferida a decisão que resultar no relaxamento da prisão em flagrante, na

concessão da liberdade provisória sem ou com a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, ou quando determinado o imediato arquivamento do inquérito, a pessoa presa em flagrante delito será prontamente colocada em liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura, e será informada sobre seus direitos e obrigações, salvo se por outro motivo tenha que continuar presa.

§ 6º Na hipótese do § 5º, a autoridade policial será cientificada e se a vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher não estiver presente na audiência, deverá, antes da expedição do alvará de soltura, ser notificada da decisão, sem prejuízo da intimação do seu advogado ou do seu defensor público. (Incluído pela Resolução nº 254, de 4.9.18)

Art. 9º A aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP deverá compreender a avaliação da real adequação e necessidade das medidas, com estipulação de prazos para seu cumprimento e para a reavaliação de sua manutenção, observando-se o Protocolo I desta Resolução.

§ 1º O acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão determinadas judicialmente ficará a cargo dos serviços de acompanhamento de alternativas penais, denominados Centrais Integradas de Alternativas Penais, estruturados preferencialmente no âmbito do Poder Executivo estadual, contando com equipes multidisciplinares, responsáveis, ainda, pela realização dos encaminhamentos necessários à Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e à rede de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como a outras políticas e programas ofertados pelo Poder Público, sendo os resultados do atendimento e do acompanhamento comunicados regularmente ao juízo ao qual for distribuído o auto de prisão em flagrante após a realização da audiência de custódia.

§ 2º Identificadas demandas abrangidas por políticas de proteção ou de inclusão social implementadas pelo Poder Público, caberá ao juiz encaminhar a pessoa presa em flagrante delito ao serviço de acompanhamento de alternativas penais, ao qual cabe a articulação com a rede de proteção social e a identificação das políticas e dos programas adequados a cada caso ou, nas Comarcas em que inexistirem serviços de acompanhamento de alternativas penais, indicar o encaminhamento direto às políticas de proteção ou inclusão social existentes, sensibilizando a pessoa presa em flagrante delito para o comparecimento de forma não obrigatória.

§ 3º O juiz deve buscar garantir às pessoas presas em flagrante delito o direito à atenção médica e psicossocial eventualmente necessária, resguardada a natureza voluntária desses serviços, a partir do encaminhamento ao serviço de acompanhamento de alternativas penais, não sendo cabível a aplicação de medidas cautelares para tratamento ou internação compulsória de pessoas autuadas em flagrante que apresentem quadro de transtorno mental ou de dependência química, em desconformidade com o previsto no art. 4º da Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, e no art. 319, inciso VII, do CPP.

Art. 10. A aplicação da medida cautelar diversa da prisão prevista no art. 319, inciso IX, do Código de Processo Penal, será excepcional e determinada apenas quando demonstrada a impossibilidade de concessão da liberdade provisória sem cautelar ou de aplicação de outra medida cautelar menos gravosa, sujeitando-se à reavaliação periódica quanto à necessidade e adequação de sua manutenção, sendo destinada exclusivamente a pessoas presas em flagrante delito por crimes dolosos puníveis com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Código Penal, bem como pessoas em cumprimento de medidas protetivas de urgência acusadas por crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, quando não couber outra medida menos gravosa.

Parágrafo único. Por abranger dados que pressupõem sigilo, a utilização de informações coletadas durante a monitoração eletrônica de pessoas dependerá de autorização judicial, em atenção ao art. 5º, XII, da Constituição Federal.

Art. 11. Havendo declaração da pessoa presa em flagrante delito de que foi vítima de tortura e maus tratos ou entendimento da autoridade judicial de que há indícios da prática de tortura, será determinado o registro das informações, adotadas as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado.

§ 1º Com o objetivo de assegurar o efetivo combate à tortura e maus tratos, a autoridade jurídica e funcionários deverão observar o Protocolo II desta Resolução com vistas a garantir condições adequadas para a oitiva e coleta idônea de depoimento das pessoas presas em flagrante delito na audiência de custódia, a adoção de procedimentos durante o

depoimento que permitam a apuração de indícios de práticas de tortura e de providências cabíveis em caso de identificação de práticas de tortura.

§ 2º O funcionário responsável pela coleta de dados da pessoa presa em flagrante delito deve cuidar para que sejam coletadas as seguintes informações, respeitando a vontade da vítima:

I - identificação dos agressores, indicando sua instituição e sua unidade de atuação;

II - locais, datas e horários aproximados dos fatos;

III - descrição dos fatos, inclusive dos métodos adotados pelo agressor e a indicação das lesões sofridas;

IV - identificação de testemunhas que possam colaborar para a averiguação dos fatos;

V - verificação de registros das lesões sofridas pela vítima;

VI - existência de registro que indique prática de tortura ou maus tratos no laudo elaborado pelos peritos do Instituto Médico Legal;

VII - registro dos encaminhamentos dados pela autoridade judicial para requisitar investigação dos relatos;

VIII - registro da aplicação de medida protetiva ao autuado pela autoridade judicial, caso a natureza ou gravidade dos fatos relatados coloque em risco a vida ou a segurança da pessoa presa em flagrante delito, de seus familiares ou de testemunhas.

§ 3º Os registros das lesões poderão ser feitos em modo fotográfico ou audiovisual, respeitando a intimidade e consignando o consentimento da vítima.

§ 4º Averiguada pela autoridade judicial a necessidade da imposição de alguma medida de proteção à pessoa presa em flagrante delito, em razão da comunicação ou denúncia da prática de tortura e maus tratos, será assegurada, primordialmente, a integridade pessoal do denunciante, das testemunhas, do funcionário que constatou a ocorrência da prática abusiva e de seus familiares, e, se pertinente, o sigilo das informações.

§ 5º Os encaminhamentos dados pela autoridade judicial e as informações deles

resultantes deverão ser comunicadas ao juiz responsável pela instrução do processo.

Art. 12. O termo da audiência de custódia será apensado ao inquérito ou à ação penal.

Art. 13. A apresentação à autoridade judicial no prazo de 24 horas também será assegurada às pessoas presas em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva, aplicando-se, no que couber, os procedimentos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. Todos os mandados de prisão deverão conter, expressamente, a determinação para que, no momento de seu cumprimento, a pessoa presa seja imediatamente apresentada à autoridade judicial que determinou a expedição da ordem de custódia ou, nos casos em que forem cumpridos fora da jurisdição do juiz processante, à autoridade judicial competente, conforme lei de organização judiciária local.

Art. 14. Os tribunais expedirão os atos necessários e auxiliarão os juízes no cumprimento desta Resolução, em consideração à realidade local, podendo realizar os convênios e gestões necessárias ao seu pleno cumprimento.

Art. 15. Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais terão o prazo de 90 dias, contados a partir da entrada em vigor desta Resolução, para implantar a audiência de custódia no âmbito de suas respectivas jurisdições.

Parágrafo único. No mesmo prazo será assegurado, às pessoas presas em flagrante antes da implantação da audiência de custódia que não tenham sido apresentadas em outra audiência no curso do processo de conhecimento, a apresentação à autoridade judicial, nos termos desta Resolução.

Art. 16. O acompanhamento do cumprimento da presente Resolução contará com o apoio técnico do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução das Medidas Socioeducativas.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Ministro Ricardo Lewandowski

PROTOCOLO I

Procedimentos para a aplicação e o acompanhamento de medidas cautelares diversas da prisão para custodiados apresentados nas audiências de custódia

Este documento tem por objetivo apresentar orientações e diretrizes sobre a aplicação e o acompanhamento de medidas cautelares diversas da prisão para custodiados apresentados nas audiências de custódia.

1. Fundamentos legais e finalidade das medidas cautelares diversas da prisão

A Lei das Cautelares (Lei 12.403/11) foi instituída com o objetivo de conter o uso excessivo da prisão provisória. Ao ampliar o leque de possibilidades das medidas cautelares, a Lei das Cautelares introduziu no ordenamento jurídico penal modalidades alternativas ao encarceramento provisório.

Com a disseminação das audiências de custódia no Brasil, e diante da apresentação do preso em flagrante a um juiz, é possível calibrar melhor a necessidade da conversão das prisões em flagrante em prisões provisórias, tal como já demonstram as estatísticas dessa prática em todas as Unidades da Federação.

Quanto mais demorado é o processo criminal, menor é a chance de que a pessoa tenha garantido o seu direito a uma pena alternativa à prisão.

Também menores são os índices de reincidência quando os réus não são submetidos à experiência de prisionalização.

O cárcere reforça o ciclo da violência ao contribuir para a ruptura dos vínculos familiares e comunitários da pessoa privada de liberdade, que sofre ainda com a estigmatização e as consequentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, ampliando a situação de marginalização e a chance de ocorrerem novos processos de criminalização.

Apesar desse cenário, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2015), consolidado pelo Departamento Penitenciário Nacional, aponta que 41% da população prisional no país é composta por presos sem condenação, que aguardam privados de liberdade o julgamento de seu processo.

A esse respeito, pesquisa publicada pelo IPEA (2015), sobre a Aplicação de Penas

e Medidas Alternativas, aponta que em 37,2% dos casos em que réus estiveram presos provisoriamente, não houve condenação à prisão ao final do processo, resultando em absolvição ou condenação a penas restritivas de direitos em sua maioria. A pesquisa confirma, no país, diagnósticos de observadores internacionais, quanto "*ao sistemático, abusivo e desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de justiça*".

As medidas cautelares devem agregar novos paradigmas a sua imposição, de modo que a adequação da medida se traduza na responsabilização do autuado, assegurando-lhe, ao mesmo tempo, condições de cumprimento dessas modalidades autonomia e liberdade, sem prejuízo do encaminhamento a programas e políticas de proteção e inclusão social já instituídos e disponibilizados pelo poder público.

Nesse sentido, conforme previsto nos Acordos de Cooperação nº 05, nº 06 e nº 07, de 09 de abril de 2015, firmados entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça, as medidas cautelares diversas da prisão aplicadas no âmbito das audiências de custódia serão encaminhadas para acompanhamento em serviços instituídos preferencialmente no âmbito do Poder Executivo estadual, denominados Centrais Integradas de Alternativas Penais ou com outra nomenclatura, bem como às Centrais de Monitoração Eletrônica, em casos específicos. Caberá ao Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, elaborar manuais de gestão dessas práticas, com indicação das metodologias de acompanhamento dessas medidas.

Ainda de acordo com os acordos de cooperação, as medidas cautelares diversas da prisão deverão atentar às seguintes finalidades:

- I.** a promoção da autonomia e da cidadania da pessoa submetida à medida;
- II.** o incentivo à participação da comunidade e da vítima na resolução dos conflitos;
- III.** a autoresponsabilização e a manutenção do vínculo da pessoa submetida à medida com a comunidade, com a garantia de seus direitos individuais e sociais; e
- IV.** a restauração das relações sociais.

2. Diretrizes para a aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão

De forma a assegurar os fundamentos legais e as finalidades para a aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, o juiz deverá observar as seguintes **diretrizes**:

I. Reserva da lei ou da legalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem se ater às hipóteses previstas na legislação, não sendo cabíveis aplicações de medidas restritivas que extrapolem a legalidade.

II. Subsidiariedade e intervenção penal mínima: É preciso limitar a intervenção penal ao mínimo e garantir que o uso da prisão seja recurso residual junto ao sistema penal, privilegiando outras respostas aos problemas e conflitos sociais. As intervenções penais devem se ater às mais graves violações aos direitos humanos e se restringir ao mínimo necessário para fazer cessar a violação, considerando os custos sociais envolvidos na aplicação da prisão provisória ou de medidas cautelares que imponham restrições à liberdade.

III. Presunção de inocência: A presunção da inocência deve garantir às pessoas o direito à liberdade, à defesa e ao devido processo legal, devendo a prisão preventiva, bem como a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão serem aplicadas de forma residual. A concessão da liberdade provisória sem ou com cautelares diversas da prisão é direito e não benefício, devendo sempre ser considerada a presunção de inocência das pessoas acusadas. Dessa forma, a regra deve ser a concessão da liberdade provisória sem a aplicação de cautelares, resguardando este direito sobretudo em relação a segmentos da população mais vulneráveis a processos de criminalização e com menor acesso à justiça.

IV. Dignidade e liberdade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem primar pela dignidade e liberdade das pessoas. Esta liberdade pressupõe participação ativa das partes na construção das medidas, garantindo a individualização, a reparação, a restauração das relações e a justa medida para todos os envolvidos.

V. Individuação, respeito às trajetórias individuais e reconhecimento das potencialidades: Na aplicação e no acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, deve-se respeitar as trajetórias individuais, promovendo soluções que comprometam positivamente as partes, observando-se as potencialidades pessoais dos sujeitos, destituindo as medidas de um sentido de mera retribuição sobre atos do passado, incompatíveis com a

presunção de inocência assegurada constitucionalmente. É necessário promover sentidos emancipatórios para as pessoas envolvidas, contribuindo para a construção da cultura da paz e para a redução das diversas formas de violência.

VI. Respeito e promoção das diversidades: Na aplicação e no acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, o Poder Judiciário e os programas de apoio à execução deverão garantir o respeito às diversidades geracionais, sociais, étnico/raciais, de gênero/sexualidade, de origem e nacionalidade, renda e classe social, de religião, crença, entre outras.

VII. Responsabilização: As medidas cautelares diversas da prisão devem promover a responsabilização com autonomia e liberdade dos indivíduos nelas envolvidas. Nesse sentido, a aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem ser estabelecidos a partir e com o compromisso das partes, de forma que a adequação da medida e seu cumprimento se traduzam em viabilidade e sentido para os envolvidos.

VIII. Provisoriedade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem se ater à provisoriedade das medidas, considerando o impacto dessocializador que as restrições implicam. A morosidade do processo penal poderá significar um tempo de medida indeterminado ou injustificadamente prolongado, o que fere a razoabilidade e o princípio do mínimo penal. Nesse sentido, as medidas cautelares diversas da prisão deverão ser aplicadas sempre com a determinação do término da medida, além de se assegurar a reavaliação periódica das medidas restritivas aplicadas.

IX. Normalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem ser delineadas a partir de cada situação concreta, em sintonia com os direitos e as trajetórias individuais das pessoas a cumprir. Assim, tais medidas devem primar por não interferir ou fazê-lo de forma menos impactante nas rotinas e relações cotidianas das pessoas envolvidas, limitando-se ao mínimo necessário para a tutela pretendida pela medida, sob risco de aprofundar os processos de marginalização e de criminalização das pessoas submetidas às medidas.

X. Não penalização da pobreza: A situação de vulnerabilidade social das pessoas autuadas e conduzidas à audiência de custódia não pode ser critério de seletividade em seu desfavor na consideração sobre a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Especialmente no caso de moradores de rua, a conveniência para a instrução criminal ou a

difficuldade de intimação para comparecimento a atos processuais não é circunstância apta a justificar a prisão processual ou medida cautelar, devendo-se garantir, ainda, os encaminhamentos sociais de forma não obrigatória, sempre que necessários, preservada a liberdade e a autonomia dos sujeitos.

3. Procedimentos para acompanhamento das medidas cautelares e inclusão social

As medidas cautelares, quando aplicadas, devem atender a procedimentos capazes de garantir a sua exequibilidade, considerando:

I. a adequação da medida à capacidade de se garantir o seu acompanhamento, sem que o ônus de dificuldades na gestão recaia sobre o autuado;

II. as condições e capacidade de cumprimento pelo autuado;

III. a necessidade de garantia de encaminhamentos às demandas sociais do autuado, de forma não obrigatória.

Para garantir a efetividade das medidas cautelares diversas da prisão, cada órgão ou instância deve se ater às suas competências e conhecimentos, de forma sistêmica e complementar.

Para além da aplicação da medida, é necessário garantir instâncias de execução das medidas cautelares, com metodologias e equipes qualificadas capazes de permitir um acompanhamento adequado ao cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão.

Para tanto, caberá ao Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, desenvolver manuais de gestão, com metodologias, procedimentos e fluxos de trabalho, além de fomentar técnica e financeiramente a criação de estruturas de acompanhamento das medidas, conforme previsto nos Acordos de Cooperação nº 05, nº 06 e nº 07, de 09 de abril de 2015.

Nesse sentido, as Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos equivalentes, bem como as Centrais de Monitoração Eletrônica, serão estruturados preferencialmente no âmbito do Poder Executivo estadual e contarão com equipes multidisciplinares regularmente capacitadas para atuarem no acompanhamento das medidas

cautelares.

3.1. A atuação do Juiz deverá considerar os seguintes procedimentos:

I. A partir da apresentação de motivação para a sua decisão nos termos do art. 310 do CPP, resguardando o princípio da presunção de inocência, caberá ao juiz conceder a liberdade provisória ou impor, de forma fundamentada, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, somente quando necessárias, justificando o porquê de sua não aplicação quando se entender pela decretação de prisão preventiva;

II. Garantir ao autuado o direito à atenção médica e psicossocial eventualmente necessária(s), resguardada a natureza voluntária desses serviços, a partir do encaminhamento às Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos similares, evitando a aplicação de medidas cautelares para tratamento ou internação compulsória de pessoas em conflito com a lei autuadas em flagrante com transtorno mental, incluída a dependência química, em desconformidade com o previsto no Art. 4º da Lei 10.216, de 2001 e no Art. 319, inciso VII, do Decreto-Lei 3.689, de 1941.

III. Articular, em nível local, os procedimentos adequados ao encaminhamento das pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão para as Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos similares, bem como os procedimentos de acolhimento dos cumpridores, acompanhamento das medidas aplicadas e encaminhamentos para políticas públicas de inclusão social; i. Nas Comarcas onde não existam as Centrais mencionadas, a partir da equipe psicossocial da vara responsável pelas audiências de custódia buscar-se-á a integração do autuado em redes amplas junto aos governos do estado e município, buscando garantir-lhe a inclusão social de forma não obrigatória, a partir das especificidades de cada caso.

IV. Articular, em nível local, os procedimentos adequados ao encaminhamento das pessoas em cumprimento da medida cautelar diversa da prisão prevista no Art. 319, inciso IX, do Código de Processo Penal, para as Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas, bem como os procedimentos de acolhimento das pessoas monitoradas, acompanhamento das medidas aplicadas e encaminhamentos para políticas públicas de inclusão social.

V. Garantir o respeito e cumprimento às seguintes diretrizes quando da aplicação da medida cautelar de monitoração eletrônica:

a) Efetiva alternativa à prisão provisória: A aplicação da monitoração eletrônica será excepcional, devendo ser utilizada como alternativa à prisão provisória e não como elemento adicional de controle para autuados que, pelas circunstâncias apuradas em juízo, já responderiam ao processo em liberdade. Assim, a monitoração eletrônica, enquanto medida cautelar diversa da prisão, deverá ser aplicada exclusivamente a pessoas acusadas por crimes dolosos puníveis com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Código Penal Brasileiro, bem como a pessoas em cumprimento de medidas protetivas de urgência acusadas por crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, sempre de forma excepcional, quando não couber outra medida cautelar menos gravosa.

b) Necessidade e Adequação: A medida cautelar da monitoração eletrônica somente poderá ser aplicada quando verificada e fundamentada a necessidade da vigilância eletrônica da pessoa processada ou investigada, após demonstrada a inaplicabilidade da concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança, e a insuficiência ou inadequação das demais medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se, sempre, a presunção de inocência. Da mesma forma, a monitoração somente deverá ser aplicada quando verificada a adequação da medida com a situação da pessoa processada ou investigada, bem como aspectos objetivos, relacionados ao processo-crime, sobretudo quanto à desproporcionalidade de aplicação da medida de monitoração eletrônica em casos nos quais não será aplicada pena privativa de liberdade ao final do processo, caso haja condenação.

c) Provisoriedade: Considerando a gravidade e a amplitude das restrições que a monitoração eletrônica impõe às pessoas submetidas à medida, sua aplicação deverá se atentar especialmente à provisoriedade, garantindo a reavaliação periódica de sua necessidade e adequação. Não são admitidas medidas de monitoração eletrônica aplicadas por prazo indeterminado ou por prazos demasiadamente elevados (exemplo: seis meses). O cumprimento regular das condições impostas judicialmente deve ser considerado como elemento para a revisão da monitoração eletrônica aplicada, revelando a desnecessidade do controle excessivo que impõe, que poderá ser substituída por medidas menos gravosas que favoreçam a autoreponsabilização do autuado no cumprimento das obrigações estabelecidas, bem como sua efetiva inclusão social.

d) Menor dano: A aplicação e o acompanhamento de medidas de monitoração eletrônica devem estar orientadas para a minimização de danos físicos e psicológicos causados às pessoas monitoradas eletronicamente. Deve-se buscar o fomento a adoção de fluxos, procedimentos, metodologias e tecnologias menos danosas à pessoa monitorada, minimizando-se a estigmatização e os constrangimentos causados pela utilização do aparelho.

e) Normalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares de monitoração eletrônica deverão buscar reduzir o impacto causado pelas restrições impostas e pelo uso do dispositivo, limitando-se ao mínimo necessário para a tutela pretendida pela medida, sob risco de aprofundar os processos de marginalização e de criminalização das pessoas submetidas às medidas. Deve-se buscar a aproximação ao máximo da rotina da pessoa monitorada em relação à rotina das pessoas não submetidas à monitoração eletrônica, favorecendo assim a inclusão social. Assim, é imprescindível que as áreas de inclusão e exclusão e demais restrições impostas, como eventuais limitações de horários, sejam determinadas de forma módica, atentando para as características individuais das pessoas monitoradas e suas necessidades de realização de atividades cotidianas das mais diversas dimensões (educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte, religião, convivência familiar e comunitária, entre outras).

3.2. A atuação das Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos similares deverá considerar os seguintes procedimentos:

I. Buscar integrar-se em redes amplas de atendimento e assistência social para a inclusão de forma não obrigatória dos autuados a partir das indicações do juiz, das especificidades de cada caso e das demandas sociais apresentadas diretamente pelos autuados, com destaque para as seguintes áreas ou outras que se mostrarem necessárias:

- a) demandas emergenciais como alimentação, vestuário, moradia, transporte, dentre outras;
- b) trabalho, renda e qualificação profissional;
- c) assistência judiciária;
- d) desenvolvimento, produção, formação e difusão cultural principalmente para o público jovem.

II. Realizar encaminhamentos necessários à Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e à rede de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de outras políticas e programas ofertadas pelo poder público, sendo os resultados do atendimento e do acompanhamento do autuado, assim indicados na decisão judicial, comunicados regularmente ao Juízo ao qual for distribuído o auto de prisão em flagrante após o encerramento da rotina da audiência de custódia;

III. Consolidar redes adequadas para a internação e tratamento dos autuados, assegurado o direito à atenção médica e psicossocial sempre que necessária, resguardada a natureza voluntária desses serviços, não sendo cabível o encaminhamento de pessoas em conflito com a lei autuadas em flagrante portadoras de transtorno mental, incluída a dependência química, para tratamento ou internação compulsória, em desconformidade com o previsto no Art. 4º da Lei 10.216, de 2001 e no Art. 319, inciso VII, do Decreto-Lei 3.689, de 1941.

IV. Executar ou construir parcerias com outras instituições especialistas para a execução de grupos temáticos ou de responsabilização dos autuados a partir do tipo de delito cometido, inclusive nos casos relativos à violência contra as mulheres no contexto da Lei Maria da Penha

i. Estes grupos serão executados somente a partir da determinação judicial e como modalidade da medida cautelar de comparecimento obrigatório em juízo, prevista no inciso I do Art. 319 do Código de Processo Penal.

3.3. A atuação das Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas deverá considerar os seguintes procedimentos:

I. Assegurar o acolhimento e acompanhamento por equipes multidisciplinares, responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social disponibilizada pelo poder público e pelo acompanhamento do cumprimento das medidas estabelecidas judicialmente, a partir da interação individualizada com as pessoas monitoradas.

II. Assegurar a prioridade ao cumprimento, manutenção e restauração da medida em liberdade, inclusive em casos de incidentes de violação, adotando-se preferencialmente medidas de conscientização e atendimento por equipe psicossocial, devendo o acionamento

da autoridade judicial ser subsidiário e excepcional, após esgotadas todas as medidas adotadas pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento das pessoas em monitoração.

III. Primar pela adoção de padrões adequados de segurança, sigilo, proteção e uso dos dados das pessoas em monitoração, respeitado o tratamento dos dados em conformidade com a finalidade das coletas. Nesse sentido, deve-se considerar que os dados coletados durante a execução das medidas de monitoração eletrônica possuem finalidade específica, relacionada com o acompanhamento das condições estabelecidas judicialmente. As informações das pessoas monitoradas não poderão ser compartilhadas com terceiros estranhos ao processo de investigação ou de instrução criminal que justificou a aplicação da medida. O acesso aos dados, inclusive por instituições de segurança pública, somente poderá ser requisitado no âmbito de inquérito policial específico no qual a pessoa monitorada devidamente identificada já figure como suspeita, sendo submetido a autoridade judicial, que analisará o caso concreto e deferirá ou não o pedido.

IV. Buscar integra-se em redes amplas de atendimento e assistência social para a inclusão de forma não obrigatória dos autuados a partir das indicações do juiz, das especificidades de cada caso e das demandas sociais apresentadas diretamente pelos autuados, com destaque para as seguintes áreas ou outras que se mostrarem necessárias:

- a) demandas emergenciais como alimentação, vestuário, moradia, transporte, dentre outras;
- b) trabalho, renda e qualificação profissional;
- c) assistência judiciária;
- d) desenvolvimento, produção, formação e difusão cultural principalmente para o público jovem.

V. Realizar encaminhamentos necessários à Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e à rede de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de outras políticas e programas ofertadas pelo poder público, sendo os resultados do atendimento e do acompanhamento do autuado, assim indicados na decisão judicial, comunicados regularmente ao Juízo ao qual for distribuído o auto de prisão em flagrante após o encerramento da rotina da audiência de custódia.

PROTOCOLO II

Procedimentos para oitiva, registro e encaminhamento de denúncias de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantesⁱ

Este documento tem por objetivo orientar tribunais e magistrados sobre procedimentos para denúncias de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Serão apresentados o conceito de tortura, as orientações quanto a condições adequadas para a oitiva do custodiado na audiência, os procedimentos relativos à apuração de indícios da práticas de tortura durante a oitiva da pessoa custodiada e as providências a serem adotadas em caso de identificação de práticas de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

1. DEFINIÇÃO DE TORTURA

Considerando a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, de 1984; a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura de 9 de dezembro de 1985, e a Lei 9.455/97 de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, observa-se que a definição de tortura na legislação internacional e nacional apresenta dois elementos essenciais:

I. A finalidade do ato, voltada para a obtenção de informações ou confissões, aplicação de castigo, intimidação ou coação, ou qualquer outro motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; e

II. A aflição deliberada de dor ou sofrimentos físicos e mentais.

Assim, recomenda-se à autoridade judicial atenção às condições de apresentação da pessoa mantida sob custódia a fim de averiguar a prática de tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante considerando duas premissas:

I. a prática da tortura constitui grave violação ao direito da pessoa custodiada;

II. a pessoa custodiada deve ser informada que a tortura é ilegal e injustificada, independentemente da acusação ou da condição de culpada de algum delito a si imputável.

Poderão ser consideradas como indícios quanto à ocorrência de práticas de tortura

e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes:

I. Quando a pessoa custodiada tiver sido mantida em um local de detenção não oficial ou secreto;

II. Quando a pessoa custodiada tiver sido mantida incomunicável por qualquer período de tempo;

III. Quando a pessoa custodiada tiver sido mantida em veículos oficiais ou de escolta policial por um período maior do que o necessário para o seu transporte direto entre instituições;

IV. Quando os devidos registros de custódia não tiverem sido mantidos corretamente ou quando existirem discrepâncias significativas entre esses registros;

V. Quando a pessoa custodiada não tiver sido informada corretamente sobre seus direitos no momento da detenção;

VI. Quando houver informações de que o agente público ofereceu benefícios mediante favores ou pagamento de dinheiro por parte da pessoa custodiada;

VII. Quando tiver sido negado à pessoa custodiada pronto acesso a um advogado ou defensor público;

VIII. Quando tiver sido negado acesso consular a uma pessoa custodiada de nacionalidade estrangeira;

IX. Quando a pessoa custodiada não tiver passado por exame médico imediato após a detenção ou quando o exame constatar agressão ou lesão;

X. Quando os registros médicos não tiverem sido devidamente guardados ou tenha havido interferência inadequada ou falsificação;

XI. Quando o(s) depoimento(s) tiverem sido tomados por autoridades de investigação sem a presença de um advogado ou de um defensor público;

XII. Quando as circunstâncias nas quais os depoimentos foram tomados não tiverem sido devidamente registradas e os depoimentos em si não tiverem sido transcritos em sua totalidade na ocasião;

XIII. Quando os depoimentos tiverem sido indevidamente alterados posteriormente;

XIV. Quando a pessoa custodiada tiver sido vendada, encapuzada, amordaçada, algemada sem justificativa registrada por escrito ou sujeita a outro tipo de coibição física, ou tiver sido privada de suas próprias roupas, sem causa razoável, em qualquer momento durante a detenção;

XV. Quando inspeções ou visitas independentes ao local de detenção por parte de instituições competentes, organizações de direitos humanos, programas de visitas pré-estabelecidos ou especialistas tiverem sido impedidas, postergadas ou sofrido qualquer interferência;

XVI. Quando a pessoa tiver sido apresentada à autoridade judicial fora do prazo máximo estipulado para a realização da audiência de custódia ou sequer tiver sido apresentada;

XVII. Quando outros relatos de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em circunstâncias similares ou pelos mesmos agentes indicarem a verossimilhança das alegações.

2. CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA A OITIVA DO CUSTODIADO NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A audiência de custódia deve ocorrer em condições adequadas que tornem possível o depoimento por parte da pessoa custodiada, livre de ameaças ou intimidações em potencial que possam inibir o relato de práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes a que tenha sido submetida.

Entre as condições necessárias para a oitiva adequada da pessoa custodiada, recomenda-se que:

I. A pessoa custodiada não deve estar algemada durante sua oitiva na audiência de apresentação, somente admitindo-se o uso de algemas "em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ator

processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado" (STF - Súmula Vinculante nº 11);

II. A pessoa custodiada deve estar sempre acompanhada de advogado ou defensor público, assegurando-lhes entrevista prévia sigilosa, sem a presença de agente policial e em local adequado/reservado, de modo a garantir-lhe a efetiva assistência judiciária;

III. A pessoa custodiada estrangeira deve ter assegurada a assistência de intérprete e a pessoa surda a assistência de intérprete de LIBRAS, requisito essencial para a plena compreensão dos questionamentos e para a coleta do depoimento, atentando-se para a necessidade de (i) a pessoa custodiada estar de acordo com o uso de intérprete, (ii) o intérprete ser informado da confidencialidade das informações e (iii) o entrevistador manter contato com o entrevistado, evitando se dirigir exclusivamente ao intérprete;

IV. Os agentes responsáveis pela segurança do tribunal e, quando necessário, pela audiência de custódia devem ser organizacionalmente separados e independentes dos agentes responsáveis pela prisão ou pela investigação dos crimes. A pessoa custodiada deve aguardar a audiência em local fisicamente separado dos agentes responsáveis pela sua prisão ou investigação do crime;

V. O agente responsável pela custódia, prisão ou investigação do crime não deve estar presente durante a oitiva da pessoa custodiada.

VI. Os agentes responsáveis pela segurança da audiência da custódia não devem portar armamento letal.

VII. Os agentes responsáveis pela segurança da audiência de custódia não devem participar ou emitir opinião sobre a pessoa custodiada no decorrer da audiência.

3. PROCEDIMENTOS RELATIVOS À COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE PRÁTICAS TORTURA DURANTE A OITIVA DA PESSOA CUSTODIADA

Observadas as condições adequadas para a apuração, durante a oitiva da pessoa custodiada, de práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes a que possa ter sido submetida, é importante que o Juiz adote uma série de procedimentos visando assegurar a coleta idônea do depoimento da pessoa custodiada.

Sendo um dos objetivos da audiência de custódia a coleta de informações sobre práticas de tortura, o Juiz deverá sempre questionar sobre ocorrência de agressão, abuso, ameaça, entre outras formas de violência, adotando os seguintes procedimentos:

I. Informar à pessoa custodiada que a tortura é expressamente proibida, não sendo comportamento aceitável, de modo que as denúncias de tortura serão encaminhadas às autoridades competentes para a investigação;

II. Informar à pessoa custodiada sobre a finalidade da oitiva, destacando eventuais riscos de prestar as informações e as medidas protetivas que poderão ser adotadas para garantia de sua segurança e de terceiros, bem como as providências a serem adotadas quanto à investigação das práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes que forem relatadas;

III. Assegurar a indicação de testemunhas ou outras fontes de informação que possam corroborar a veracidade do relato de tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, com garantia de sigilo;

IV. Solicitar suporte de equipe psicossocial em casos de grave expressão de sofrimento, físico ou mental, ou dificuldades de orientação mental (memória, noção de espaço e tempo, linguagem, compreensão e expressão, fluxo do raciocínio) para acolher o indivíduo e orientar quanto a melhor abordagem ou encaminhamento imediato do caso.

V. Questionar a pessoa custodiada sobre o tratamento recebido desde a sua prisão, em todos os locais e órgãos por onde foi conduzido, mantendo-se atento a relatos e sinais que indiquem ocorrência de práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

4. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA DE TORTURA

A oitiva realizada durante a audiência de custódia não tem o objetivo de comprovar a ocorrência de práticas de tortura, o que deverá ser apurado em procedimentos específicos com essa finalidade.

Sua finalidade é perceber e materializar indícios quanto à ocorrência de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, considerando as graves consequências

que podem decorrer da manutenção da custódia do preso sob responsabilidade de agentes supostamente responsáveis por práticas de tortura, sobretudo após o relato das práticas realizado pela pessoa custodiada perante a autoridade judicial.

Na coleta do depoimento, o Juiz deve considerar a situação particular de vulnerabilidade da pessoa submetida a práticas de tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, adotando as seguintes práticas na oitiva, sempre que necessário:

I. Repetir as perguntas. Questões terão que ser repetidas ou reformuladas uma vez que algumas pessoas podem demorar mais tempo para absorver, compreender e recordar informações.

II. Manter as perguntas simples. As perguntas devem ser simples, pois algumas pessoas podem ter dificuldade em entender e respondê-las. Elas também podem ter um vocabulário limitado e encontrar dificuldade em explicar coisas de uma forma que os outros achem fácil de seguir.

III. Manter as perguntas abertas e não ameaçadoras. As perguntas não devem ser ameaçadoras uma vez que as pessoas podem responder a uma inquirição áspera de forma excessivamente agressiva ou tentando agradar o interrogador. As questões também devem ser abertas já que algumas pessoas são propensas a repetir as informações fornecidas ou sugeridas pelo entrevistador.

IV. Priorizar a escuta. É comum a imprecisão ou mesmo confusão mental no relato de casos de tortura, assim, eventuais incoerências não indicam invalidez dos relatos. Em casos de difícil entendimento do relato, orienta-se que a pergunta seja refeita de forma diferente. É importante respeitar a decisão das vítimas de não querer comentar as violações sofridas.

V. Adotar uma postura respeitosa ao gênero da pessoa custodiada. Mulheres e pessoas LGBT podem se sentir especialmente desencorajadas a prestar informações sobre violências sofridas, sobretudo assédios e violência sexual, na presença de homens. Homens também podem sentir constrangimento ao relatar abusos de natureza sexual que tenham sofrido. A adequação da linguagem e do tom do entrevistador, bem como a presença de mulheres, podem ser necessários nesse contexto.

VI. Respeitar os limites da vítima de tortura, já que a pessoa pode não se sentir

a vontade para comentar as violações sofridas por ela, assegurando, inclusive, o tempo necessário para os relatos.

5. QUESTIONÁRIO PARA AUXILIAR NA IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DA TORTURA DURANTE OITIVA DA VÍTIMA

Um breve questionário pode subsidiar a autoridade judicial quanto à identificação da prática de tortura, na ocasião das audiências de custódia, permitindo-lhe desencadear, caso identificada, os procedimentos de investigação do suposto crime de tortura.

I. Qual foi o tratamento recebido desde a sua detenção?

Comentário: Pretende-se com esta questão que o custodiado relate o histórico, desde a abordagem policial até o momento da audiência, da relação ocorrida entre ele e os agentes públicos encarregados de sua custódia.

II. O que aconteceu?

Comentário: Havendo o custodiado relatado a prática de ato violento por parte de agente público responsável pela abordagem e custódia, é necessário que seja pormenorizado o relato sobre a conduta dos agentes, para identificação de suposta desmedida do uso da força, ou violência que se possa configurar como a prática de tortura.

III. Onde aconteceu?

Comentário: O relato sobre o local onde ocorreu a violência relatada pode ajudar a monitorar a possibilidade de retaliação por parte do agente que praticou a violência relatada, e pode fornecer à autoridade judicial informações sobre a frequência de atos com pessoas custodiadas em delegacias, batalhões, entre outros.

IV. Qual a data e hora aproximada da ocorrência da atitude violenta por parte do agente público, incluindo a mais recente?

Comentário: A informação sobre horário e data é importante para identificar possíveis contradições entre informações constantes no boletim de ocorrência, autorizando alcançar informações úteis sobre as reais circunstâncias da prisão do custodiado.

V. Qual o conteúdo de quaisquer conversas mantidas com a pessoa (torturadora)?

O que lhe foi dito ou perguntado?

Comentário: Esta pergunta visa identificar qualquer ameaça realizada pelo agente público, assim como métodos ilegais para se obter a delação de outrem. Todas as formas ilegais de extrair informação do preso são necessariamente possibilitadas pela prática da tortura.

VI. Houve a comunicação do ocorrido para mais alguém? Quem? O que foi dito em resposta a esse relato?

Comentário: Esta pergunta visa averiguar possíveis pessoas que possam ter sofrido ameaças de agentes públicos, autorizando, caso a autoridade judicial assim decida, a indicação de pessoas ameaçadas para participação em programas de proteção de vítimas.

6. PROVIDÊNCIAS EM CASO DE APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES

Constada a existência de indícios de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, o Juiz deverá adotar as providências cabíveis para garantia da segurança da pessoa custodiada, tomando as medidas necessárias para que ela não seja exposta aos agentes supostamente responsáveis pelas práticas de tortura.

Abaixo estão listadas possíveis medidas a serem adotadas pela autoridade judicial que se deparar com a situação, conforme as circunstâncias e particularidades de cada caso, sem prejuízo de outras que o Juiz reputar necessárias para a imediata interrupção das práticas de tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, para a garantia da saúde e segurança da pessoa custodiada e para subsidiar futura apuração de responsabilidade dos agentes:

I. Registrar o depoimento detalhado da pessoa custodiada em relação às práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes a que alega ter sido submetida, com descrição minuciosa da situação e dos envolvidos;

II. Questionar se as práticas foram relatadas quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, verificando se houve o devido registro documental;

III. Realizar registro fotográfico e/ou audiovisual sempre que a pessoa custodiada apresentar relatos ou sinais de tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, considerando se tratar de prova, muitas vezes, irrepetível;

IV. Aplicar, de ofício, medidas protetivas para a garantia da segurança e integridade da pessoa custodiada, de seus familiares e de eventuais testemunhas, entre elas a transferência imediata da custódia, com substituição de sua responsabilidade para outro órgão ou para outros agentes; a imposição de liberdade provisória, independente da existência dos requisitos que autorizem a conversão em prisão preventiva, sempre que não for possível garantir a segurança e a integridade da pessoa custodiada; e outras medidas necessárias à garantia da segurança e integridade da pessoa custodiada.

V. Determinar a realização de exame corpo de delito:

(i) quando não houver sido realizado;

(ii) quando os registros se mostrarem insuficientes,

(iii) quando a possível prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes tiver sido realizada em momento posterior à realização do exame realizado;

(iv) quando o exame tiver sido realizado na presença de agente de segurança.

VI. Ainda sobre o exame de corpo de delito, observar: a) as medidas protetivas aplicadas durante a condução da pessoa custodiada para a garantia de sua segurança e integridade, b) a Recomendação nº 49/2014 do Conselho Nacional de Justiça quanto à formulação de quesitos ao perito em casos de identificação de práticas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, c) a presença de advogado ou defensor público durante a realização do exame.

VII. Assegurar o necessário e imediato atendimento de saúde integral da pessoa vítima de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, visando reduzir os danos e o sofrimento físico e mental e a possibilidade de elaborar e resignificar a experiência vivida;

VIII. Enviar cópia do depoimento e demais documentos pertinentes para órgãos responsáveis pela apuração de responsabilidades, especialmente Ministério Público e

Corregedoria e/ou Ouvidoria do órgão a que o agente responsável pela prática de tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes esteja vinculado;

IX. Notificar o juiz de conhecimento do processo penal sobre os encaminhamentos dados pela autoridade judicial e as informações advindas desse procedimento.

X. Recomendar ao Ministério Público a inclusão da pessoa em programas de proteção a vítimas ou testemunha, bem como familiares ou testemunhas, quando aplicável o encaminhamento.

ⁱ Na elaboração do protocolo foram consideradas orientações presentes em manuais e guias sobre prevenção e combate à tortura, especialmente o "Protocolo de Istambul - Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, "The torture reporting handbook" (1ª edição de Camille Giffard - 2000, e 2ª edição de Polona Tepina - 2015), e "Protegendo os brasileiros conta a tortura: Um Manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados" (Conor Foley, 2013), além da experiência acumulada com as práticas de audiências de custódia e do desenvolvimento de ações de prevenção à tortura no país.